

A lógica da causalidade aplicada ao Presidencialismo de Coalizão: uma agenda de pesquisa¹

Resumo

O progresso metodológico da Ciência Política nas últimas três décadas gerou importantes alterações epistemológicas que permitem reconsiderar o alcance explicativo de teorias consolidadas. Dentre estas mudanças, argumento que a aplicação de teorias causais na avaliação de instituições sobre o comportamento político enfrenta desafios quando se voltam à casos singulares. Tal fato decorre da incompatibilidade da estrutura causal subjacente à formulação teórica e ao estudo de caso. Para evidenciar esta situação, considero a dimensão metodológica quando do surgimento do conceito de Presidencialismo de Coalizão. A discussão ainda carrega uma concepção epistemológica imprecisa, à luz dos avanços metodológicos contemporâneos, em relação ao uso teórico que previa o impasse institucional originado pela Constituição de 1988. Esta análise se mostra relevante tanto porque esta constatação se ausenta em parte das pesquisas atuais, quanto por ressaltar a afinidade entre a produção metodológica e a formulação teórica na Ciência Política e ainda por seus efeitos sobre desenhos de pesquisa.

Palavras-chave: presidencialismo de coalizão, metodologia, causalidade, institucionalismo, epistemologia.

Introdução

O conceito “presidencialismo de coalizão” é central na compreensão dos incentivos institucionais produzidos pela combinação de um sistema de governo presidencialista com um sistema multipartidário. O arranjo institucional adotado pelo Brasil em 1988 com muitas nuances relevantes, como o nível de institucionalização do sistema partidário e o desenho federativo, permitiu que aquele conceito ganhasse projeção analítica por seu alcance explicativo sobre a relação entre Poderes Executivo e Legislativo. A partir daí, toma corpo como uma teoria que altera a compreensão do campo a respeito da governabilidade entre diferentes sistemas de governo e em ambientes institucionais diversos, permitindo que muitos outros casos pudessem ser estudados. Seus desdobramentos ainda provocam pesquisas que buscam desvelar mecanismos e detalhes importantes para a compreensão geral do funcionamento de coalizões de governo.

Porém, diante dos progressos metodológicos de anos recentes na Ciência Política, defendo que a discussão acadêmica contemporânea ao momento de elaboração daquele conceito revela um uso

¹ Esse trabalho é uma versão corrigida de versões apresentadas em minha livre docência e no 11º Encontro da ABCP. Agradeço aos diversos pareceristas que fizeram sugestões ao texto durante o processo de submissão e em especial à Andréa Freitas, Daniela Aldrovandi, Danilo Medeiros, Fernando Guarnieri e Gabriela Rosa pelos comentários nas versões anteriores. Eventuais falhas e omissões são de minha inteira responsabilidade.

interpretativo da teoria institucional merecedor de atenção se considerarmos o seu alcance do ponto de vista epistemológico. O debate de então faz um uso das teorias vigentes à época assumindo suficiência causal de seus achados. Esta extensão se mostrou imprecisa, ainda que as teorias estivessem corretas. Argumento aqui que não se avaliou o status epistemológico da teoria em mãos, ainda que estas não estivessem em si equivocadas, o que só se torna claro com os avanços metodológicos posteriores.

Notadamente, destaca-se dentre estes avanços a busca pela elaboração de explicações causais na produção atual, trazendo consigo desdobramentos epistêmicos relevantes para o campo ainda pouco claros e que se exemplificam no debate à época que permite o desenvolvimento do presidencialismo de coalizão. A escolha do tema se justifica tanto pela maneira como o conceito foi desenvolvido, além de sua relevância teórica para uma ampla literatura, como pelo fato de que os efeitos da avaliação metodológica pretendida está ausente nas discussões a respeito de presidencialismos multipartidários. Neste sentido, será dada ênfase à perspectiva seminal de Figueiredo e Limongi (1998), que, ao apontar a relevância do papel das coalizões de governo em regimes presidencialistas na manutenção do controle político nas mãos do Executivo, é suficiente para destacar a dimensão metodológica do debate, sem ter, assim, pretensão de esgotar todas os detalhes² envolvidos nesta extensa literatura. Neste contexto, é profícuo nos dirigir a elementos centrais desta discussão metodológica, com vistas a ponderar suas consequências diante de teorias consolidadas como a do presidencialismo multipartidário. Estes aspectos são relevantes porque servem não só para que o próprio campo compreenda as limitações e alternativas de sua produção científica, como permitem reflexões sobre tipos de pesquisa e sobre as possibilidades de produzir conhecimento na Ciência Política (Goertz e Mahoney, 2012; George e Bennett, 2005; Gerring, 2007; Beach e Pedersen, 2016).

A partir da avaliação destes elementos, o argumento deste trabalho está centrado na dimensão epistemológica que envolve o uso de teorias causais para explicar casos individuais. De maneira mais explícita, a motivação está em apontar cuidados interpretativos e de desenhos de pesquisa ao se articular o conhecimento produzido por avaliações gerais para lidar com situações singulares. A prática metodológica atual enfatiza que as estruturas de causalidade implícitas às técnicas de pesquisa afetam o status epistêmico da teoria produzida, criando limites para o conhecimento produzido. O referido limite se origina na incompatibilidade entre o tipo de explicação causal convencionalmente utilizada em uma pesquisa comparada – de tipo nomotética – diante de fenômenos multicausais ou em que a equifinalidade

² Deve-se ressaltar que a abordagem dos autores destacados para a discussão do conceito de Presidencialismo de Coalizão, embora centrais e suficientes para o argumento pretendido, não é a única possível. Não se tem a pretensão de construir a gênese do conceito por completo, envolvendo desde Abranches (1988), por exemplo, ou apresentar as discordâncias analíticas que a literatura aponta ao avaliar a maneira como o Executivo e o Legislativo interagem, discordando da importância da heterogeneidade da coalizão, como outro exemplo. O aprofundamento desta discussão não se faz necessário, já que o objetivo é o de focar na dimensão metodológica do debate seminal, e neste sentido a concordância em torno da crítica à primeira geração de autores é suficiente.

esteja presente. A constatação desta situação-limite se desdobra em duas dificuldades. A primeira está relacionada à transposição de um referencial teórico mais geral para um único caso, em que a pergunta que se faz se refere a um arranjo de incentivos complexo, mas que é específico ao contexto, alterando a estrutura causal de análise. A segunda crítica está relacionada à realização de uma previsão, mesmo que teoricamente motivada. Para que esta seja feita, deve-se identificar as causas em termos de sua suficiência e necessidade para a ocorrência do fenômeno de interesse, o que nem sempre é possível para fenômenos multicausais, mesmo com estudos experimentais. Estas evidências nos remetem à dimensão epistêmica do trabalho científico que envolvem o desenho de pesquisa a ser construído e ao efetivo conhecimento gerado com investigações empíricas comparadas. Em uma frase: deve-se atentar à dimensão epistemológica da aplicação de afirmações causais nomotéticas à casos individuais. Consequentemente, considero que estejamos diante de uma nova compreensão epistêmica sobre o uso dos incentivos institucionais para o comportamento político e, por isso, o entendimento sobre a extensão dos achados empíricos precisa estar de acordo.

Assim, para evidenciar e discutir tal cenário e suas consequências, este texto se divide em 5 seções, além desta introdução: na primeira, se apresenta a revisão teórica a respeito das explicações causais em Ciência Política. Na seção seguinte, será discutida a relação entre o conhecimento obtido por técnicas convencionais, a formulação de prognósticos e de avaliação sobre casos individuais, para em seguida apresentar o debate metodológico subjacente aos estudos na origem do presidencialismo de coalizão. Na penúltima seção, são tratadas as consequências epistêmicas em relação às conclusões a que as pesquisas chegam e aos desenhos de pesquisa utilizados. Considerações finais encerram o texto.

A busca pela identificação causal

A Ciência Política avançou em seu debate metodológico desde a *guerra dos paradigmas*³ e encontra um marco definidor na publicação de *Designing Social Inquiry* (King, Keohane e Verba, 1994), com impactos evidentes sobre os desenhos de pesquisa empírica. Atualmente, pode-se afirmar que a Ciência Política comparada busca produzir teorias e explicações de tipo causal (Kellstedt e Whitten, 2013; King, Keohane e Verba, 1994; Brady, 2008). Ainda que a inferência causal nem sempre seja possível (Schmitter, 2008), ela segue como a pretensão primordial no campo (Box-Steffensmeier, Brady e Collier, 2008). Há, porém, uma questão fundamental: não há uma única maneira de definir e empregar o conceito de causalidade (p.ex. Brady, 2008). Diferentes interpretações sobre o que é causa levam os pesquisadores

³ Guerra dos paradigmas é entendida como o debate epistemológico entre as abordagens positivista e interpretativista a respeito da produção do conhecimento em Ciências Sociais remontando ao menos desde de Gauge (1989). Atualmente, ambas abordagens continuam produtivas e a discussão ressalta mais as possibilidades de convivência do que sua superação por uma perspectiva específica (Dellaporta e Keating, 2008; Brady e Collier, 2010; Brady, Collier e Seawright, 2006; Moses e Knutsen, 2019).

a conduzirem pesquisas com escopos divergentes. Mais do que isso, compreensões distintas sobre causalidade permitem oferecer respostas a diferentes perguntas de pesquisa, o que cria um ambiente repleto de controvérsias. Isto implica que ter o objetivo de identificar uma relação causal entre variáveis de interesse não é suficiente para optar entre diferentes tipos de técnicas. Métodos diversos, tanto voltados à variável, como ao caso, lidam com evidenciar nexos causais. Esta distinção traz consigo elementos metateóricos importantes e que foram objeto de extensa discussão nas últimas décadas. Me deterei ao tipo de explicação almejado pelos estudos voltados à variável e a relação com eventos com múltiplas causalidades ou em que a equifinalidade esteja presente. Esta relação nos interessa na medida em que permite construir o vínculo entre cada tipo de causa com os tipos de questão que autorizam responder.

Explicações nomotéticas buscam identificar padrões estáveis de relações que se repetem entre casos. Se estas explicações forem causais, é esperado que relações de causa e efeito se reitem entre as observações. Estas são comuns em pesquisas voltadas às variáveis (Mahoney e Goertz, 2006: 229), aquelas em que um número elevado de casos é avaliado comparativamente, assumindo certa homogeneidade entre as observações quanto aos fatores que não estão capturados pelas variáveis. Já a concepção de equifinalidade (George e Bennett, 2005: 63) assume que diferentes combinações de eventos podem produzir fenômenos similares. Os eventos observados podem ser produzidos por diferentes combinações de causas, cada uma delas suficientes para produzir o resultado (Mahoney e Goertz, 2006: 232). Ou seja, o termo refere-se, assim, a fenômenos que sejam explicados por diferentes conjuntos de causas, ambas suficientes para produzi-lo. Estão mais presentes nas pesquisas voltadas aos casos, que se definem por estudos detidos em um número pequeno de observações. Neste caso, busca-se analisar as especificidades envolvidas em cada observação que vinculariam a causa ao efeito. Relevante aqui é notar que há distinção na estrutura causal adjacente a cada uma destas abordagens.

A fim de indicar a origem desta diferenciação entre tipos de causa, Goertz e Mahoney (2012) argumentam que as pesquisas voltadas para a variável lidam com conjunções constantes em sua compreensão sobre relações causais, gerando explicações nomotéticas. A lógica implícita seria: partir da ideia de contrafactual; usar álgebra e estatística para procurar a diferença entre tratamento e controle; calcular a média desta diferença; e, assim, este valor proveria os contrafactuais para os casos individuais da unidade i (Goertz e Mahoney, 2012, p. 25).

Já para as pesquisas voltadas aos casos, a definição causal seria entendida em termos de teoria dos conjuntos e segue uma lógica do tipo “se $X = I$, então $Y = I$ ”. Ainda assim, considerariam a existência de duas lógicas distintas nas quais alguns pesquisadores gravitariam em torno de técnicas como o QCA, lidando com questões de suficiência, enquanto outros exploram hipóteses de condições necessárias e contrafactuais. (Mahoney e Goertz, 2010, p. 25/6). Como consequência desta diferenciação na

consideração de causalidade entre as duas tradições, afirmam que as pesquisas voltadas à variável lidariam com causalidade probabilística, enquanto as voltadas aos casos lidariam com a causas determinísticas. Ainda que haja divergências, estas considerações têm consequências diante das formulações teóricas em que serão aplicadas e por isso, é útil ao argumento discutido aqui.

Na tradição de pesquisa voltada às variáveis, o modelo ideal para a identificação de causalidade é o experimento. No que se refere ao tipo de explicação, busca estimar o efeito médio das variáveis independentes. A fundamentação de um experimento tem objetivo de identificar o ‘average treatment effect’ (*ATE*). O efeito sobre as unidades tratadas se dá em contraposição ao grupo de controle. Busca-se aleatoriedade na formação dos grupos, evitando viés, ou seja, o “efeito das causas”. As perguntas voltam-se a identificar a relevância da variável independente sobre um fenômeno específico. O uso do instrumental estatístico almeja reproduzir o ideal do experimento controlado usando dados observacionais.

Associado a este tipo de explicação, está a conceituação probabilística de causalidade. A causa é identificada como a diferença entre a média do valor observado da variável resposta para o grupo de tratamento e a do grupo de controle e estão baseados na estrutura lógica do modelo causal de Neyman-Rubin-Holland. Seguindo uma notação consagrada, o efeito causal seria dado por:

$$\bar{Y}^{Tratamento} - \bar{Y}^{Controle} = \text{Efeito causal} \quad (1)$$

em que \bar{Y} é a média do valor observado para cada um dos grupos. O efeito causal é médio e, assim, “the statistical solution replaces the impossible-to-observe causal effect of t [treatment] on a specific unit with the possible-to-estimate average causal effect of t over a population of units” (Holland et al., 1986, p. 947). As pesquisas se voltam para mensurar o efeito de causas individuais de cada variável independente sobre a variável resposta.

Já nas pesquisas voltada aos casos, as diferenças na abordagem são expressivas, ainda que mantenha a preocupação com a causalidade. Começemos pelo tipo de explicação. Aqui trabalha-se com casos individuais. Embora haja controvérsias sobre sua definição⁴, toma-se aqui que “[h]ow we define a case in practical terms of temporal and spatial scope and unit of analysis is then contingent upon the theoretical claim we are making. (...). Therefore, the definition of "case" is the unit in which a given causal relationship plays out, from the occurrence of the cause to the theorized outcome” (Beach e Pedersen,

⁴ Vide Gerring (2007, p. 109).

2016, p. 5). A seleção de casos deve, assim, estar de acordo com o intuito da pesquisa, que pode se dar tanto para testar, como para elaborar novas teorias. Os critérios desta seleção variam no que se refere à confirmação ou refutação teóricas (Seawright e Gerring; 2008), à dimensão contrafactual ou de mecanismos das estruturas causais propostas (Beach e Pedersen, 2016, cap. 1). Neste sentido mais geral, a formulação de Mahoney e Goertz (2006, p. 230) de que nesta tradição costuma-se inverter a ordem entre causa e efeito, e sua preocupação se voltaria a identificar as “*causas-dos-efeitos*” parece não abarcar todas as possibilidades, mas pode ser tomada idealmente tanto pela distinção às pesquisas voltadas às variáveis, como por contemplar parcela das perguntas respondidas por pesquisas deste tipo.

Neste ponto, é preciso fazer outra distinção. A técnica de *process tracing* não está de pleno acordo com o exposto, embora seja um método de pesquisa voltado ao caso. Definido por Beach e Ramunsen (2016) como uma técnica que desvela “causal mechanisms into their constitutive parts, which are then traced using in-depth case studies” (p. 302), os autores posicionam o *process tracing* como a única capaz de conjugar a abordagem mecanicista e determinística simultaneamente, enquanto as demais formas de estudo de caso se voltariam para a busca de regularidades, mais comum entre as pesquisas quantitativas (2013, p. 27-8)⁵. Isto implica dizer que a identificação de um mecanismo causal não se resume à identificação da causa de um efeito, mas dos meios como este se unem, e evidenciariam uma nova divergência entre as abordagens voltadas à variável ou ao caso.

Já com relação a formulação causal específica desta tradição, a equifinalidade pode ser representada a partir da lógica booleana, exemplificada na seguinte expressão:

$$Y = (A * B * c) + (A * C * d * E) \quad (2)$$

em que * representa o termo lógico ‘E’, + representa o termo lógico ‘OU’, = indica suficiência e implica em uma afirmação lógica do tipo se-então, e as letras minúsculas indicam a negação da variável. O exemplo acima, inspirado em Mahoney e Goertz (2006, p. 234), identifica duas combinações diferentes de variáveis que são suficientes para o resultado observado. *Y* é produzido por dois conjuntos de causas, exemplificando um fenômeno multicausal. É um exemplo de estrutura de causalidade determinística e, mesmo com as ressalvas sobre a sua adequação à toda tradição, é uma representação distintiva destas pesquisas.

⁵ A diferenciação entre identificação de regularidades e de mecanismos possibilita destacar a técnica diante das demais que se voltam a estudos de caso em geral.

Desta maneira, como ponto central desta discussão está a diferenciação entre o tipo de pergunta de pesquisa possível de se responder e o tipo de causalidade subjacente à pesquisa empírica, pois demandam adequação tanto entre a questão formulada, como às evidências necessárias a fim de respondê-la e com o tipo de causalidade associado às técnicas empregadas. A constatação desta relação de origem metateórica constitui-se um avanço com consequências para a validação teórica produzida pelas pesquisas empíricas. A relevância está em estabelecer fronteiras para a extensão das afirmações que se produzem a partir da avaliação comparada de diversos casos.

Este status do debate metodológico é relativamente recente e sua consequência sobre o conhecimento teórico produzido ainda não foi completamente explorada. Já que a relação entre metodologia e epistemologia é evidente (p.ex., Moses e Knutsen, 2019), avanços metodológicos afetarão o status epistêmicos das teorias que suportam. Neste sentido, a discussão que origina o conceito de presidencialismo de coalizão é ilustrativa de uma destas decorrências: o limite quanto ao uso de teoria causais para explicação de casos individuais. A próxima seção trata da apresentação das questões metodológicas envolvidas nas elaborações teóricas comuns em perspectivas comparadas.

A teoria causal comparada, prognósticos e a avaliação de um único caso

O surgimento do conceito chamado presidencialismo de coalizão será considerado nesta seção. A produção acadêmica sobre este período e sobre as possibilidades que um sistema presidencial multipartidário obtivesse êxito é bastante ampla e não há o intuito aqui de resumir-la. O foco nesta seção está em organizar uma parte relevante da produção acadêmica à época, tendo como referência o trabalho de Figueiredo e Limongi (1998), centrado nos elementos que permitem a avaliação metodológica e epistemológica envolvidas naqueles trabalhos. Assim, ilustrando a origem teórica do conceito, lanço mão de duas perguntas que exemplificam questões típicas sobre a democracia que se instalava no Brasil: 1) quais as consequências das instituições escolhidas pela Constituição de 1988? e 2) por que o sistema político brasileiro não se tornou ingovernável?

Seguindo o entendimento produzido a partir da discussão anterior, pode-se dizer que estas perguntas têm objetivos distintos de produção de conhecimento. Na primeira, um arranjo político institucional toma forma – presidencialismo, multipartidarismo, federalismo, eleições proporcionais com lista aberta para o legislativo, etc. – e se deseja saber o efeito desta combinação (*efeito-das-causas*). Já na segunda, há uma situação política observada – a governabilidade no sistema político brasileiro – e a pesquisa buscaria encontrar suas causas (*causas-dos-efeitos*).

Os trabalhos do início dos anos 1990 que se voltavam para a configuração institucional que surgia no Brasil possibilitam entendermos as consequências desta diferenciação. Tomemos a construção teórica

baseada em Linz (1990) referente aos efeitos dos sistemas de governo sobre a relação entre Executivo e Legislativo, central para parte importante daquele debate⁶. Em diversas passagens, o autor apresenta comparações entre os sistemas, mas é interessante aquela em que ele advoga uma relação estável, ao invés da observação de casos particulares. Diz o autor:

“Among the oft-cited advantages of presidentialism is its provision for the stability of the executive. (...) The superficial volatility they sometimes exhibit obscures the continuity of parties in power, the enduring character of coalitions, and the way that party leaders and key ministers have of weathering cabinet crises without relinquishing their posts. (...) It is also insufficiently noted that parliamentary systems, precisely by virtue of their surface instability, often avoid deeper crises. *A prime minister who becomes embroiled in scandal or loses the allegiance of his party or majority coalition and whose continuance in office might provoke grave turmoil can be much more easily removed than a corrupt or highly unpopular president.*” (Linz, 1990, p. 64, grifos meus)⁷.

A passagem é interessante por ressaltar que a construção teórica formulada busca identificar conjunções constantes, variações que se repetem entre casos. Haveria algo inerente a um dos sistemas de governo que permitiria a resolução de instabilidades de maneira mais simples do que em outro sistema. Neste sentido, é uma construção teórica, cuja validade se estenderia a todas as democracias que adotassem um ou outro dos sistemas políticos. Deve-se ressaltar que esta própria interpretação estava em disputa no campo à época de sua formulação original, mas pautou os termos dos debates feitos então.

Foi em torno de compreensões como esta que estudiosos à época se debruçaram sobre o caso brasileiro em seus prognósticos, como se verá a diante. Por ora, me interessa reformular o problema em termos atuais. Assim, considere uma formulação básica decorrente desta teoria: em sistemas presidencialistas, o conflito entre os poderes é maior do que em sistemas parlamentaristas. A formulação geral pretendida pelo autor é similar a esta, já que a remoção do cargo é mais simples em sistemas parlamentaristas. A origem distinta do poder popular que suporta os Poderes Executivo e Legislativo no sistema presidencialista seria a origem do excesso de conflito. Esta consideração não esgota, evidentemente, as diferenças teóricas entre ambos os sistemas que foi mobilizada por esta literatura. A formação de governos minoritários e a extensão de poderes do presidente, por exemplo, são aspectos importantes deste debate e permitiriam raciocínio similar. Interessa voltarmos para a pergunta: como testar empiricamente aquela afirmação? Neste caso, assumindo a possibilidade de operacionalização e mensuração tanto do conceito “conflito” – a variável resposta – quanto do conceito “sistemas de governo”, a variável

⁶ Apesar de ser importante, as críticas a esta interpretação foram inúmeras e estão no cerne do surgimento do presidencialismo de coalizão. Vide Mainwaring e Shugart (1997) e Figueiredo e Limongi (1998).

⁷ Vale mais uma vez observar que não se quer disputar o argumento teórico apresentado, mas apenas enfatizar sua dimensão comparada. A prática metodológica atual propicia que se teste teorias deste formato de maneira particular, o que não se esperaria fosse feito à época.

independente, estudos empíricos atuais comparariam as médias de conflito observadas em cada sistema, incorporados todos os controles, seguindo o modelo padrão de experimento aplicado a dados observacionais. Seguem-se assim procedimentos típicos da abordagem voltada à variável, com técnicas bastante sofisticadas atualmente.

O gráfico 1 ilustra um aspecto central do ponto de vista empírico e das conclusões que esta avaliação atinge. Nele estão representados níveis de conflito hipotéticos para países que adotariam diferentes sistemas de governo. Os níveis de conflitos estão indicados no eixo vertical, e no horizontal, os tipos de sistema.

[GRÁFICO 1 AQUI]

As linhas horizontais que partem de cada grupo de observações indicam o valor médio para a variável conflito: a linha superior corresponde ao valor para os países que adotam o sistema presidencialista e a inferior, aos países parlamentaristas. A diferença indicada no eixo Y é aquela que conduzirá a conclusão: se, estatisticamente, $\bar{Y}_{presid} - \bar{Y}_{parlam} > 0$, então, o resultado corroborará a teoria, o presidencialismo apresentaria maior nível de conflito do que o parlamentarismo⁸.

Porém, note que os grupos são formados por valores individuais diferentes das médias. Isto é natural, já que cada país apresentará outros fatores que explicam conflito. Ou seja, há uma ordem na explicação: o sistema de governo influencia o nível de conflito, mas este não é explicado apenas pelo sistema de governo. A variação observada entre os valores individuais em cada grupo é explicada por outros fatores teóricos, ou mesmo por aspectos idiossincráticos de cada país, que interagem e moderam, produzindo conflito também. Podemos considerar que o nível de conflito é um evento multicausal e encontra no sistema de governo uma de suas causas, mas também que esta não é suficiente para determinar toda a variância observada.

Outra forma de colocar a questão é pelo jargão econométrico: observa-se a significância estatística da variável que mensura a relação entre o sistema de governo e o nível de conflito. Porém, a partir da observação do resultado para a variável independente, nada temos a dizer sobre o ajuste do modelo. Este pode ser alto, indicando que aquela variável explica a maior parte da variação observada do termo dependente, como pode ser baixo, sugerindo que há outros fatores relevantes para explicar o conflito. Em ambos os casos, a conclusão seria a de que sistemas de governo distintos alteram os níveis de desacordo entre os poderes, confirmando a expectativa teórica.

⁸ Trabalho exemplar deste tipo de comparação geral pode ser encontrado em Cheibub, Przeworski e Saiegh (2004).

Porém, em cada situação a interpretação a respeito de se o sistema de governo é suficiente para explicar os níveis de conflito é distinta: no primeiro caso, a conclusão seria positiva, enquanto no segundo não. Ou seja, um modelo em que a variável independente seja estatisticamente significativa, mas em que haja ainda muito erro, nos mostra que não identificamos as causas suficientes para que o fenômeno ocorresse. Em um evento multicausal, esta situação seria bastante recorrente: uma causa determinada, embora corretamente identificada, pode não ser suficiente para provocar o evento na análise de um caso singular.

Para reforçar o ponto, considere o resultado obtido por um modelo bivariado cuja variável resposta fosse “nível de conflito” e a principal variável explicativa fosse “sistema de governo”. Tome, então, os dois gráficos presentes na figura 1.

[FIGURA 1 AQUI]

Em ambos, o valor do nível de conflito predito (no jargão econométrico, \hat{Y}) está no eixo Y e o valor do nível de conflito observado (no jargão, Y) está no eixo X. Na figura à esquerda, os níveis de conflito observado são bastante próximos aos valores preditos pelo modelo. A reta tracejada, criada pela associação entre o conflito predito e o observado, se ajusta bem aos pontos com os valores observados. Neste caso, o sistema de governo parece suficiente para explicar o nível de conflito de cada observação em ambos os grupos e os valores para os países presidencialistas são superiores aos parlamentaristas. Já no gráfico à direita, o ajuste do modelo é pior. Os pontos estão distantes em relação à reta. Isto sugere que há outros fatores que explicam o fenômeno além do sistema de governo, ainda que o sistema presidencialista apresente níveis médios de conflito superiores do que o sistema parlamentarista. O ponto a destacar é que ambos os gráficos desta figura são compatíveis com o gráfico 1 anterior: a diferença observada entre as médias de conflito em cada conjunto pode ser estatisticamente diferente de zero e ainda na direção correta ($\bar{Y}_{presid} - \bar{Y}_{parlam} > 0$). Porém, a capacidade de explicar as variações diverge. Na figura 1, à esquerda, as variáveis explicativas utilizadas no modelo parecem suficientes para explicar as diferenças; já no gráfico à direita, não. Em uma análise probabilística, a dimensão da suficiência se relaciona ao erro do modelo: se este é zero, diz-se que as variáveis independentes são suficientes para explicar a variável resposta. Mas a relação de suficiência apenas ocorre nesta situação específica.

Esta distinção é central para eventos multicausais ou em que a equifinalidade esteja presente (Beach, 2020: 166): se o fenômeno “conflito” pode ser causado por mais de um fator para além do sistema de governo, então, ainda que sistemas de governo expliquem diferenças observadas nos níveis de conflito entre os países analisados e, portanto, sejam uma de suas causas, eles podem não ser suficientes para explicar casos individuais observados. As pesquisas voltadas às variáveis que visam identificar causas enfrentam este desafio importante: mesmo que a diferença observada entre os grupos de tratamento e

controle se devam ao tratamento atribuído, deve-se considerar se o fenômeno não pode ser provocado por algum outro evento. A identificação de um efeito médio, ainda que precisa e correta, não lida necessariamente com a possibilidade de que a variável resposta considerada no estudo seja causada por outras razões, seja porque não é objetivo do estudo ou porque estão controladas. Em geral, assume-se que essas outras causas afetariam tanto os grupos de tratamento e controle igualmente e, assim, não explicariam o resultado encontrado. Porém, isto ocorre por hipótese e não há verificação específica sobre a relevância destes outros fatores causais.

Diante do exposto, quais são as considerações a respeito da avaliação de um caso particular? Continuemos com o mesmo exemplo: sistemas presidencialistas apresentam maiores níveis de conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo do que os parlamentaristas. Esta proposição é geral e nos informa que o conflito em um país A, se parlamentarista, tende a ser menor do que o nível de conflito em um país B, se presidencialista. O que se pode, daí, aferir no estudo de um país qualquer sobre o nível de conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo? Pode-se dizer que teoricamente há incentivos para que aquele patamar de desacordo esteja presente em relação ao sistema de governo vigente. Mas qual seria esse nível de conflito em termos absolutos? Reconhecer a (in)existência de um incentivo que gera atritos entre o Executivo e o Legislativo é suficiente para que este seja observado efetivamente ou este incentivo pode ser suplantado por outros dos muitos dos outros estímulos presentes naquele contexto político específico? A resposta influencia o tipo de conhecimento produzido, já que com a aplicação de uma teoria geral comparada a um caso específico não se invalida a teoria, a não ser em casos específicos (Gerring, 2007), como também não se amplia o conhecimento a respeito do caso, já que nele outras ocorrências simultâneas podem anular o efeito do incentivo avaliado. Neste caso, saber que está presente um determinado incentivo pode ser insuficiente para que este se manifeste concretamente diante do contexto político específico⁹. Isto implica que mesmo diante do conhecimento obtido com as técnicas voltadas à variável, embora pretensamente geral e válido para todos os casos particulares, ainda permanece possível que a variação entre os casos analisados se deva a dinâmica de outros fatores causais. Ao compararmos as médias, implicitamente assumimos que se houver outros fatores causais provocando o fenômeno, eles estarão balanceados entre o tratamento e o controle. Embora correto, ao levarmos este aprendizado ao mundo real, devemos nos ater ao fato se a causa identificada é suficiente ou não para a produção do evento de interesse e se estes outros fatores não estão afetando o resultado que se observa. A discussão a respeito do presidencialismo de coalizão ilustra claramente a situação e suas consequências.

⁹ O argumento desenvolvido em Kahn (2018) sobre as possibilidades de uma instituição produzirem efeitos distintos dependendo do contexto está em linha com o trazido aqui, embora aqui a argumentação se baseie na construção metodológica subjacente ao uso de teorias institucionais.

A dimensão metodológica do presidencialismo de coalizão

Reiterando, o debate a respeito do conceito de presidencialismo de coalizão é bastante conhecido e não será reconstruído por completo. Me interessa ressaltar aspectos que demonstrem objetivamente o uso de uma teoria causal aplicado um caso particular. Seguindo Power (2010), uma primeira geração de trabalhos se origina nos anos subsequentes à promulgação da Constituição de 1988 e, ao interpretar o funcionamento do sistema político brasileiro, identificava no arranjo institucional adotado a causa original do fracasso que a democracia teria. Ainda que a produção deste grupo se estenda até a primeira década deste século (Power, 2010), o prognóstico era perverso sobre a sobrevivência da democracia brasileira na primeira metade dos anos 1990. Por exemplo, havia a previsão que o sistema eleitoral adotado para o Legislativo incentivaria os parlamentares a um comportamento individualizado, enfraquecendo ainda mais os partidos e inviabilizando a governabilidade (p. ex. Lamounier, 1992). Em outra argumentação desfavorável, Mainwaring (1993) é claro ao dizer que a conjunção de presidencialismo com sistema multipartidário tornaria difícil manter as democracias estáveis. Seu diagnóstico decorre do arranjo institucional que se formava. As evidências empíricas mobilizadas confirmariam que a combinação mencionada produziria instabilidade. O Brasil era um caso evidente de país que teria grandes dificuldades de estabilizar sua democracia em comparação com trinta e um casos analisados empiricamente. Para Mainwaring (1999) e Ames (2001), ainda que façam uma interpretação ampla, o cerne da ingovernabilidade estava na combinação de sistema eleitoral de lista aberta para o Legislativo com um sistema presidencial multipartidário. Deve-se ressaltar para os propósitos deste trabalho que a literatura associada a este grupo não é homogênea quanto aos prognósticos – já que alguns autores produzem anos depois da Constituição de 1988 ser promulgada e possuem evidências sobre o funcionamento efetivo das instituições no país – como também não adotam procedimentos metodológicos similares. A característica interessante destes trabalhos elaborados no período imediato a 1988 é que lançam mão de teorias institucionais comparadas para propor um entendimento a respeito do funcionamento da democracia brasileira que ainda não estava em pleno funcionamento. O arranjo institucional é o cerne do argumento. E a partir dele se estabelece um prognóstico a respeito do que ocorreria com o sistema político do país.

Em contraposição a este grupo, uma segunda geração buscou superá-lo. Para isto, mobilizou argumentos que se baseavam em indicativos quanto ao funcionamento do Congresso brasileiro que mostravam a capacidade de coordenação partidária no Legislativo, fato inesperado pela visão concorrente (Figueiredo e Limongi, 1998). O Executivo efetivamente era capaz de implementar sua agenda através desta

coordenação e assim, explicava porque a instabilidade anunciada não ocorria¹⁰. O caso observado não correspondia à previsão estabelecida e se distinguiu assim decisivamente das teorias vigentes; se mostrava como um caso desviante (p. ex., Gerring, 2007).

Para realizar a avaliação metodológica pretendida aqui, é importante elencar os passos adotados por cada geração de autores. Entendo que a primeira assumiu que um conjunto de variáveis fosse suficiente para se observar determinado efeito. O trabalho de Mainwaring (1993) me parece exemplar. A ideia implícita de suficiência compunha o diagnóstico teórico a respeito do arranjo institucional adotado: as instituições escolhidas pelo Brasil eram, em conjunto, razões para que a democracia no país fracassasse diante das evidências de casos comparados, em um esforço prognóstico. A partir delas, estabeleceram-se implicações para casos particulares tal como se a realidade se assemelhasse ao gráfico à esquerda na figura 1 acima.

Entretanto, a geração seguinte trouxe um novo elemento teórico que anulava os incentivos destacados, justificando a governabilidade inesperada no caso brasileiro. Ou, ao contrário, justificaram que outras instituições seriam capazes de evitar o fracasso predito. Neste sentido, argumentaram que o arranjo considerado não era razão bastante para o colapso da democracia brasileira diante de outras instituições. Os poderes legislativos do presidente, por exemplo, seriam instrumentos que contrarrestavam os efeitos perversos provenientes de outras instituições. Fazer a avaliação institucional sobre o Brasil era, assim, um estudo de caso¹¹ e, como tal, a estrutura de causalidade utilizada deveria ser posta em outros termos: a apreciação em profundidade de uma situação concreta – o sistema político brasileiro – para explicar o porquê de um resultado: no caso, a governabilidade. Uma avaliação causal determinística foi aplicada tal como o debate contemporâneo sobre as técnicas de estudo de caso nos informa. Se fossemos colocar em termos da lógica booleana, a segunda geração qualificou o que foi apresentado pela geração anterior da seguinte maneira:

$$Y = A * B * C * d, \quad (3)$$

em que Y seria a ingovernabilidade, A seria o sistema presidencialista, B seria um sistema multipartidário, C seria um federalismo forte e d seria a ausência de poderes legislativos do Executivo. A equação acima indica que a ingovernabilidade decorreria da combinação simultânea destes quatro efeitos. Na medida em

¹⁰ Power ainda identifica um terceiro grupo de trabalhos que seria uma síntese da disputa anterior, no qual elementos das duas abordagens conviveriam. Apesar de haver uma subdivisão, este grupo manteria um olhar que incorpora as alianças interpartidárias, alterando os termos do debate.

¹¹ Do ponto de vista da metodológico adotado aqui e em razão de sua extrapolação posterior, a segunda geração realizou um estudo de caso, escolhendo um caso extremo (Seawright e Gerring, 2008): os resultados deste estudo de caso mostraram que o sistema era governável porque havia outras instituições que seriam em si suficientes para evitar que incentivos presentes levassem à paralisia decisória, tal como previsto. Surge aí uma importante teoria que se mostra abrangente e com capacidade de explicação para além do próprio caso. Neste sentido, os trabalhos posteriores já se voltam a avaliar esta nova teoria ou a verificar sua pertinência em outros países, ampliando os desenhos de pesquisa para além do estudo de caso.

que a segunda geração de trabalhos mostra que o Executivo possui poderes legislativos, de outra forma, que o termo correto é *D*, *Y* não mais ocorreria. Ou seja, o termo *d* não estava presente na formulação original porque as teorias não o incluíam e que só um estudo de caso em profundidade permitiu observar¹². O caso brasileiro provocou uma elaboração inédita que serviu para estudar outros países e, a partir daí, para formar uma nova compreensão teórica sobre regimes democráticos e sistemas de governo. Deste ponto de vista, torna-se um típico estudo de caso, cuja explicação se mostrou passível de generalização e consequente formulação teórica original. Pode-se dizer que é uma evidência de que estudos de caso permitem a elaboração de teorias causais mais amplas.

De outra parte, é proveitoso retomar o caráter preditivo do uso da teoria: já logo após 1988, autores da primeira geração mencionada argumentavam que a democracia falharia em razão do arranjo institucional escolhido pelo país. Porém, havendo diferença tanto estatística, quanto teórica entre previsão e explicação (p.ex., Shmueli, 2010), a mobilização da teoria formulada originalmente para fornecer uma explicação com o intuito de realizar uma previsão está em desacordo com a compreensão metodológica contemporânea.

No uso de modelos estatísticos explicativos, a teoria assume um papel central e guia a análise empírica. A avaliação dos resultados só tem sentido mediante uma teoria associada (p.ex., McElreath, 2019, cap. 1). O papel do modelo estatístico é o de testar as hipóteses derivadas desta teoria. Já o uso de modelos preditivos demanda interesse maior para os dados e menor para a teoria. A diferença entre estas duas ordens de racionalização dos fenômenos já foi debatida na filosofia da ciência. Cabe aqui enfatizar o porquê são consideradas diferentes: a razão reside no fato de que os dados mensuráveis não são representações precisas dos conceitos associados, criando disparidade entre a capacidade de explicar um evento conceitualmente e a de realizar previsões (Shmueli, 2010, p. 293). Deve-se considerar que em uma pesquisa empírica, há dois planos¹³ que interagem: um abstrato, no qual as teorias e os conceitos se articulam, e outro empírico, no qual estão variáveis correspondentes aos conceitos. A passagem do primeiro para o segundo, chamada operacionalização, é feita em modelos explicativos e é nesta distinção que repousa a diferença entre previsão e explicação. Modelos preditivos, por sua vez, se bastam no

¹² É importante observar que a segunda geração de trabalhos não pesquisava causas institucionais para instabilidades democráticas. Ao contrário, buscava explicar as causas da governabilidade, quando as teorias previam o contrário. Isto importa para parte da interpretação feita destes trabalhos. Vide Freitas e Silva (2019).

¹³ Vide Silva (2018).

segundo plano¹⁴. Ou seja, ainda que se tenha uma teoria que explique certos fenômenos, o seu uso para previsão não é evidente.

Me parece claro que as pesquisas da primeira geração não se basearam em estudos de caso, através do qual o cenário brasileiro seria avaliado detidamente de forma a produzir afirmações que justificassem o pessimismo. Ao contrário, os trabalhos tomaram teorias institucionais disponíveis e aplicaram-na diretamente sobre o país, *antes* que estas instituições estivessem em funcionamento. Se a teoria é construída a partir da formulação geral “A é uma causa de B”, ao tomar esta afirmação para lidar com um caso único, implicitamente se considera que “a presença de A é suficiente para ocorrência de B”. No caso, o Brasil era uma unidade de observação particular. Entendê-la não decorre de uma aplicação teórica tomando-a como suficiente, mas, ao contrário, exige uma avaliação mais ampla. Atualmente, o desenho de pesquisa recomendado seria o de um estudo de caso em profundidade¹⁵. Ao assumir o caráter de suficiência, o pesquisador age como se o conhecimento até o momento bastasse para explicar os problemas concretos a que se voltavam. Neste sentido, vale mencionar uma decorrência implícita desta discussão. Os trabalhos de segunda geração afirmaram que os poderes legislativos do presidente em conjunto com o regramento interno do Congresso no Brasil seriam causas suficientes para que a governabilidade acontecesse diante dos incentivos apresentados pelos autores da primeira geração. Porém, repetindo o processo defendido aqui, devemos perguntar se há outras condições para a estabilidade. A crise política¹⁶ em que o país se colocou em anos recentes sugere estas regras não são capazes de manter a governabilidade indefinidamente ou que há um procedimento de mudança institucional, sem que isto nos informe que as razões para a governabilidade estavam necessariamente equivocadas. Se instabilidade for um evento multicausal, devemos considerar esta característica na avaliação e no uso das teorias. Palermo (2016), por exemplo, diz que:

“The debate perceives the political system as a set of rules and incentives, in opposition, not in synthesis, but in an unstable equilibrium, in which each rule produces effects, and *generates contrary incentives*. (...). Even when this balance of opposites is not unique to Brazil, it is strongly rooted in historical processes of the Brazilian national policy. (...)

¹⁴ Além disto, as divergências se dão em quatro outras dimensões (Shmueli, 2010): 1) Causation-association: o modelo empírico representa uma causa subjacente, enquanto em uma previsão, apenas capta a associação entre variáveis; 2) Theory-data: na explicação, o modelo empírico é construído para refletir a teoria e testar hipóteses. Já na preditiva, é construído a partir dos dados, sem interpretação das variáveis; 3) Retrospective-prospective: o modelo explicativo é retrospectivo, enquanto no preditivo, a perspectiva é de prever novas observações; e, 4) Bias-variance: numa abordagem explicativa, o objetivo é minimizar o viés para obter a representação teórica acurada. Na preditiva, o foco está em minimizar a combinação entre viés e variância da estimativa.

¹⁵ Ainda assim, essa recomendação não resolve o caso por completo porque ela não garante uma avaliação prognóstica, mas apenas retrospectiva. O exercício de previsão depende, como dito, de modelos com causas suficientes e isto é válido em qualquer circunstância neste caso.

¹⁶ Para melhor compreensão do que se refere por crise política, vide Santos e Szwako (2016) e Figueiredo e Limongi (2017).

Based on this perspective, the reason why the interpretations about the Brazilian political system are so dissimilar gets clear". (Palermo, 2016, p. 24-5, grifos meus).

Se no país convivem instituições que criam incentivos díspares, surge um desafio às pesquisas que visam compreender este sistema. Se o objetivo do pesquisador é compreender o resultado, aquilo que vemos no contexto político de um país particular, suas perguntas devem ser colocadas em termos de causas necessárias e suficientes e a pesquisa deve ser capaz de mostrar quais são estas causas, associando-se aos estudos de caso que permitam o diálogo com a teoria vigente – e daí, inclusive, ampliando suas conclusões para outros casos. Já se a pretensão é a de testar formulações dedutivas, o Brasil pode ser um caso de interesse em que variáveis independentes são testadas em seus efeitos sobre alguma variável dependente. Neste caso, aprende-se menos sobre o Brasil, mas aperfeiçoa-se a teoria. Se conhecemos diversos fatores causadores de instabilidade política, ao nos voltarmos para um caso específico, devemos entender se estes fatores estão presentes e em que contexto operam. Porque é possível que outros fatores não previstos possam produzir efeito em sentido contrário, anulando a causa conhecida, sem que com isso sejamos forçados a reconsiderar a validade da teoria utilizada. Em uma situação assim, tem-se a oportunidade de ampliar o conhecimento, como fica evidente no debate sobre Presidencialismo de Coalizão.

Para que fique claro o argumento, retomo mais uma vez: a primeira geração de autores produziu um prognóstico sobre o caso brasileiro tomando os efeitos de um conjunto de incentivos institucionais. Estes produzem efeitos conhecidos: por exemplo, o sistema eleitoral proporcional motiva a competição intrapartidária e a baixa coesão legislativa. Não há críticas neste aspecto. A questão está em aplicar afirmações como se estas fossem suficientes para produzir a ingovernabilidade em um caso específico, se a governabilidade é afetada por outros fatores que não só aqueles considerados,

Implicações gerais

De maneira geral, a avaliação destas consequências está no status epistêmico do campo ao lidar com teorias que mobilizam argumentos causais. Elas permanecem ainda atualmente e merecem reconsideração. Um exemplo pode ser identificado em um trabalho que revisa teorias sobre o sistema político brasileiro. Os autores cobrem diferentes interpretações sobre sistemas presidencialistas multipartidários. À guisa de conclusão, dizem:

“These theories offer differing explanations regarding which determinants (or independent variables) best explain the legislator’s behavior inside the congress. (...)

However, most of the literature has presented limited and partial explanations and has depicted an incomplete picture, by privileging one variable that they select as the most important to explain the

legislator's voting behavior. In other words, these researchers *have only used a single variable to explain this complex and certainly multivariate phenomenon.*" (Mauerberg Júnior *et al.*, 2015: 145, grifos meus)

Fica clara a preocupação em identificar uma variável que reflita a “melhor” explicação do comportamento parlamentar. Há uma que resumiria o comportamento e a literatura disputa qual seria esse motivador geral. Porém, se considerarmos que o comportamento parlamentar é multicausal e que está sujeito a um número variado de incentivos diferentes, a ação individual pode responder de forma específica ao conjunto deles, como em uma interação e, assim, explicarem também conjuntamente as decisões dos parlamentares, tomando, inclusive a variação imposta pela situação analisada. Um exemplo bastante simples neste sentido está associado à literatura de *competing principals* (Carey, 2007; Buisseret e Pratto, 2022): um deputado está sujeito aos interesses dos eleitores que o escolheram como representante, mas também dos líderes de seu partido, a quem devem oportunidades e acessos a recursos. Ambos motivam a ação do político a cada decisão a ser tomada e, assim, variará diante de cada um destes incentivos em cada contexto.

Neste sentido, ao olhar para regras específicas de um arranjo institucional procurando determinar o seu papel causal sobre o comportamento parlamentar, o que se oferece é uma visão de parte da motivação da ação, inclusive porque a estratégia metodológica se propõe a manter os demais fatores controlados. Porém, os autores parecem almejar que a teoria seja capaz de explicar o comportamento dos parlamentares de casos específicos em que vigore um sistema presidencialista multipartidário. Nesta situação, de fato as explicações têm sido parciais e possivelmente sempre serão assim (não só nesta literatura específica, mas em todo o campo de política comparada), pois o teste é teórico no sentido de identificar o “efeito das causas” e o limite está colocado a respeito da suficiência destas para tratar de casos específicos. Se os autores estão corretos em sua apreensão da literatura sobre o tema, me parece que está implícita a ambição de buscar padrões de recorrência entre causas e efeitos e também a recorrência da manifestação causal, que é teórica e geral, na situação específica, pois seria *suficiente* para explicar um caso de interesse. Porém, se as teorias divergem em termos das variáveis explicativas da ação dos parlamentares, as pesquisas precisam ter maior clareza sobre qual perspectiva adotarão: testarão se as variáveis criam os incentivos teoricamente derivados, tais como os experimentos têm feito ao utilizar o Brasil ou outro país como um caso (p. ex. Bueno, 2018) ou identificarão causas necessárias e suficientes para explicar um caso singular, como realizado com êxito pela segunda geração?¹⁷ Ou ainda implementarão avaliações com número médio de observações de forma a evidenciar estas causas

¹⁷ É bastante recorrente pesquisas que lidam com dados observacionais emulando um experimento. Para considerações metodológicas a respeito destas técnicas, vide SILVA (2018). Para compreensão das técnicas em si, vide Agresti e Pischke (2009). Há ainda uma extensa discussão a respeito de causalidade cujos avanços recentes não serão trazidos aqui. Vide Pearl, Glymour e Jewell (2016).

necessárias e suficientes, tal como em um QCA? Se as instituições não são causas suficientes para a determinar um resultado, elas precisam ser tratadas desta forma em relação às hipóteses de pesquisa e sobre as motivações dos trabalhos. Assim, coloca-se uma primeira consideração sobre a perspectiva utilizada em uma pesquisa que se baseie em incentivos institucionais ao comportamento político não só para esta literatura, mas para as que consideram a relevância das instituições sobre a ação política.

Ainda em consideração ao mesmo texto, os autores informam que a pergunta a que aquela literatura pretende responder é:

“what are the conditions for presidential success in the legislative arena in a multiparty institutional setting? (...) The contribution of this literature review, then, is to demonstrate that executive–legislative relations in multiparty presidential regimes should assume that *presidential, congressional, electoral, and institutional internal variables matter* in constraining the bulk of legislators’ options and coalition behavior” (Mauerberg Júnior *et al.*, 2015: 155, grifos meus).

O efeito observado – o sucesso do presidente no Legislativo – precisa de uma causa que o explique – as condições institucionais. De acordo com o fragmento acima, se a pretensão está em assumir que “as variáveis presidenciais, congressionais, eleitorais e institucionais importam”, cabe perguntar, então, qual é a interação entre elas e qual sua importância relativa? Pois, já há muito considera-se que o conjunto de instituições que permeiam o contexto no qual os atores decidem explique suas escolhas, ainda mais partindo de uma teoria institucional; afinal, todos estes incentivos estavam presentes e possivelmente produzindo os incentivos na direção teoricamente esperada. Ou seja, não há dúvidas de que todas elas importam. As questões permanecem sobre como interagem e como atuam em situações específicas. Quando as pesquisas elegem, como dizem os autores, uma variável explicativa de interesse, estão a identificar o *efeito-das-causas*, o que não é necessariamente acompanhada de uma investigação sobre as condições de suficiência desta causa. Não se deve, então, tratá-las como suficientes. Ou seja, sabemos que X causa Y, mas não sabemos se X é suficiente para causar Y, ou nem o mecanismo pelo qual X afeta Y e daí qual a consequência desta relação em uma situação particular. Muitas vezes, avalia-se apenas a magnitude do efeito de X em Y em termos médios. Neste sentido, ao se lançar mão de achados empíricos de outros trabalhos, é preciso se voltar à dimensão da suficiência, quando for o caso, para as considerações pretendidas. Da forma regular em que as pesquisas são apresentadas, as técnicas experimentais identificam causas que afetam a probabilidade de ocorrência do resultado de interesse sem que se chegue a uma constatação da sua suficiência. Se é este o caso, uma nova investigação deverá considerar o ambiente institucional em que este fator causal atuará para executar a investigação de outros casos.

Me parece que o procedimento das pesquisas apontadas pelos autores repete a falha epistêmica discutida anteriormente em que se buscam os *efeitos-das-causas* sem argumentarem se estas são suficientes em uma aplicação a um único caso. É preciso considerar como a interação entre as variáveis explicativas, que atuam no sentido esperado, produz o resultado que se vê quando operam todas ou ainda outras causas possíveis simultaneamente. Ainda que o mundo social seja complexo e os efeitos de diversas instituições sejam produzidos ao mesmo tempo, a tarefa está em estabelecer quais são as razões suficientes e necessárias para uma proposição explicativa geral a partir de um caso particular ou a de buscar identificar mecanismos causais. A reflexão em torno destas questões é fundamental para o conhecimento construído, seja sobre o caso brasileiro ou sobre sistemas multipartidários em geral.

Uma decorrência deste cenário se volta às estratégias de pesquisa. Seus desenhos devem ser coerentes com o tipo de questionamento formulado: se é uma estrutura de causa determinística ou probabilística, se se volta a explicar o mecanismo pelo qual causa e efeito se unem ou a mensurar a magnitude das relações. No primeiro caso, pesquisas de N-pequeno ou médio são as mais adequadas. A pesquisadora identificará evidências para sustentar a ocorrência de um fenômeno observado. Já no segundo caso, as pesquisas de N-grande são mais apropriadas. A pesquisa se voltará para comparar número elevado de casos a partir de uma lógica ideal de um experimento. A escolha de um ou de outro caso está associada à pergunta de pesquisa. Particularmente neste sentido, a distinção entre *efeito-das-causas* e *causa-dos-efeitos* é bastante didática e indica a atenção necessária em uma pesquisa, mesmo diante das suas limitações em resumir as formulações de pesquisas possíveis. Ela remete a considerar como a estratégia de pesquisa concilia o tipo de pergunta que se pretende responder com a relação causal que subjaz a explicação oferecida e o conhecimento gerado a partir deste processo. Na literatura sobre presidencialismo de coalizão, o objetivo de entender as causas da governabilidade (*causas-dos-efeitos*) é diferente de entender, por exemplo, se o gerenciamento da coalizão ou características pessoais do presidente importam para a governabilidade (*efeito-das-causas*), o que trabalhos recentes tem se voltado a cumprir. Ou seja, um trabalho que pretenda entender como o presidente de um país com arranjo institucional tal como o brasileiro garantiu a governabilidade durante seu mandato faz um estudo de caso e situa-se assim no primeiro tipo de pesquisa. Mobilizaria, aqui, um desenho de pesquisa que permita encontrar fatores dentre uma ampla gama indicada pela literatura que justificassem a governabilidade com vistas a apontar os mecanismos que permitiram ao Executivo conduzir sua agenda de políticas. Uma outra pergunta seria saber se um fator específico, como o gerenciamento da coalizão, teve ou não papel nesta governabilidade. Neste caso, a pergunta está colocada como do segundo tipo, em que dentre muitas causas possíveis, se deseja avaliar se um aspecto destacado cumpriu o que teoricamente se esperava. Os demais fatores são mantidos controlados e se avalia a importância do fator destacado. Ainda que não se produza um resultado com

causas suficientes para a governabilidade em âmbito geral, um problema típico de validade externa, um resultado deste tipo possibilita que outros casos sejam avaliados com o mesmo intuito.

Como decorrência da dimensão epistêmica, a estrutura de causa aparece como fundamental para a sustentação da pesquisa na relação entre a interpretação sobre os achados empíricos, as explicações possíveis a partir da inferência realizada e as considerações teóricas. A compatibilidade é fundamental entre a causalidade subjacente à teoria e a sua aplicação, qualquer que seja a técnica empregada. Sem desenvolver uma discussão ampla a respeito da definição de causa, a mera divisão entre uma causa probabilística e determinística já encaminha para as conclusões a que a pesquisa pode atingir, notadamente para situações em que a equifinalidade esteja presente. Tudo isto implica em observar como a teoria original foi formulada – se a partir de evidências que indicam causas suficientes ou não – e considerar sua pertinência ao trabalho que se pretende realizar. Não basta reconhecer que há um incentivo específico atuando em um ambiente institucional qualquer para que observemos seus efeitos. Antes, é preciso considerar a sua atuação em interação com outros incentivos. Sabermos que um incentivo institucional particular induz a certo comportamento pode não ser suficiente para produzir determinada ação em um contexto específico (Beach, 2020; Khan, 2018). Os muitos estímulos ao comportamento operam simultaneamente, reforçando-se ou anulando-se, como em um sistema de forças complexo. Ainda que saibamos qual a direção e a intensidade de parte destes incentivos sobre a ação dos indivíduos, outras considerações estão presentes na tentativa de estabelecer prognósticos e reconhecer a suficiência da causalidade.

Considerações finais

Os avanços metodológicos recentes são inúmeros e seus desdobramentos potencializam a nossa capacidade de trazer explicações rigorosas a respeito dos fenômenos que nos interessam, tanto com relação à magnitude dos efeitos como dos mecanismos que os produzem. Por outro lado, deve-se ressaltar que estudos a respeito do caso brasileiro foram paradigmáticos para a construção de um modelo teórico inovador de cunho geral, evidenciando as potencialidades de estudos de caso gerarem teorias. As evidências sobre o funcionamento da democracia no Brasil permitiram que se ampliasse o conhecimento a respeito de sistemas presidencialistas multipartidários. Apesar disto, diante daqueles avanços, resta uma tensão no que diz respeito à extensão do conhecimento que se obtém com a aplicação imediata desta referência. Há pressupostos metodológicos relacionados à estrutura de causa de um estudo de caso em profundidade que devem ser respeitados: as técnicas de pesquisa voltada à variável comparam efeitos médios com vistas a generalizações. Mas sendo efeitos médios, estão sujeitos à variação de casos individuais que podem decorrer de outros fatores causais. Ou seja, a noção de que o efeito médio é válido e, portanto, a teoria está correta não nos autoriza aplicar este conhecimento a um caso particular,

simplesmente por não sabermos se estamos diante de um caso típico, em que apenas a causa testada está presente, ou um caso desviante, ainda mais se existirem outras combinações de fatores causais.

Diante desta discussão, pode-se dizer que certos debates a respeito do sistema político brasileiro precisam considerar os limites indicados que se refletem em questionamentos como: a lógica de funcionamento do Congresso é distributivista, partidária ou informacional¹⁸? Ou se os representantes são *office-*, *rent-* ou *policy-seekers*? Como afirma Mansbridge “(...) the two commonly cited motivations of representatives, [are] the desire to make good public policy and the desire to be reelected. These two motivations are almost always mixed” (2009: 370). Em dilemas assim, a questão está em entender como estas motivações se misturam e se há momentos em que uma delas se sobressai às outras e por quê. Ainda que sejamos capazes de avaliar em estudos comparados efeitos médios que nos levem para algumas destas direções, a passagem para a consideração de um caso particular exige cuidados.

Esta tarefa ainda parece incompleta no esforço de explicar singularmente o caso brasileiro, notadamente quando o presidencialismo de coalizão é colocado em xeque diante da crise política do país (Santos e Szwako, 2016); Figueiredo e Limongi, 2017). Se é tarefa da ciência simplificar a realidade com vistas a propor uma explicação, esta simplificação não pode prescindir do que é importante e nem incorrer em práticas inadequadas. O fato de não colocar explicitamente seus achados em termos de causas suficientes e necessárias torna mais difícil, inclusive, a superação de divergências interpretativas que privilegiam variáveis distintas. Geddes (2003, cap. 5) deixa claro que a perspectiva teórica da qual se parte influencia decisivamente aquilo que se retira dos dados. Ademais, vale dizer que esta situação não decorre necessariamente do uso de modelos estatísticos, já que é possível aplicá-los em estudos de caso. O ponto está em compreender que a tarefa de avaliar um sistema político individual deve ser colocada como um estudo de caso em profundidade e que teorias explicativas, ainda mais comparadas, não são necessariamente adaptáveis a um caso específico, nem geram modelos preditivos. Um desenho de pesquisa deste tipo possui particularidades com relação à estrutura explicativa e de causação que precisam ser respeitados.

Mas não sejamos anacrônicos. Apenas após a ampla discussão metodológica posterior à formação teórica discutida como exemplo aqui é que se pode produzir estas considerações. Não me volto a evidenciar equívocos ou a criticar estratégias metodológicas específicas de trabalhos mencionados, mas sim considerar onde avanços contemporâneos se refletem na produção teórica mais geral e no conhecimento que se tem de um tema de interesse.

¹⁸ Como exemplo sobre o parlamento europeu, vide Yordanova (2009).

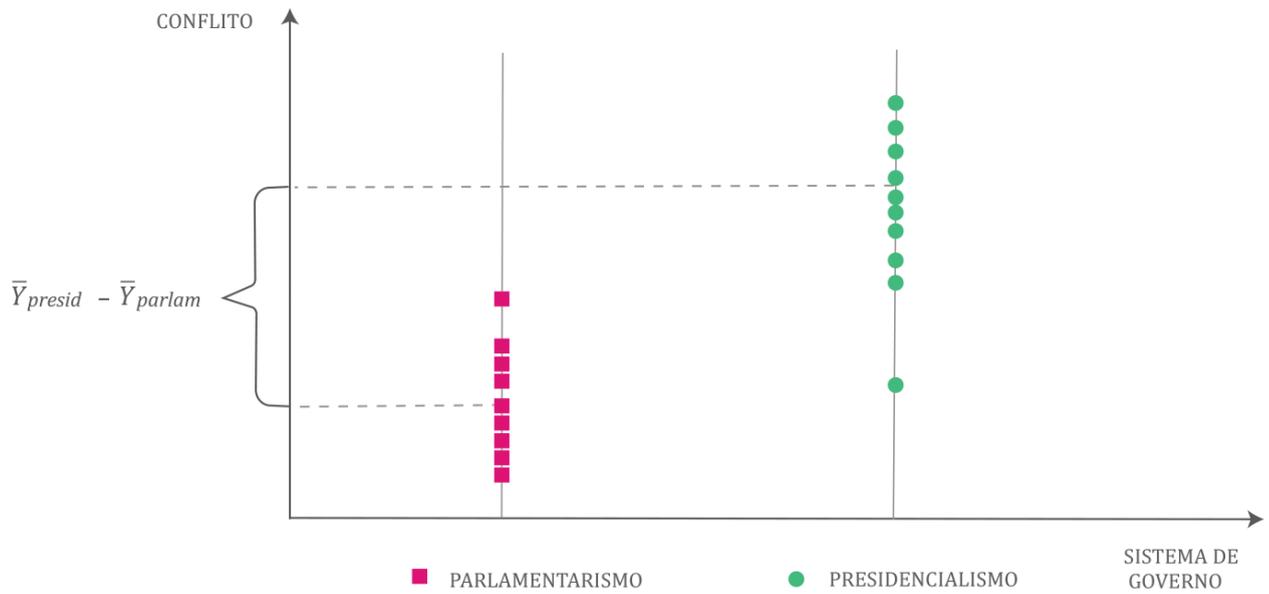
Bibliografia

- Abranches, Sérgio. (1988), “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, pp. 5-38.
- Agresti, Joshua; Pischke, Jorn-Steffen. (2009), *Mostly Harmless Econometrics. An Empiricist’s Companion*, Princeton University Press, Princeton, NJ.
- Ames, Barry. (2001), *The Deadlock of Democracy in Brazil*. University of Michigan Press: Ann Arbor.
- Beach, Derek; Pedersen, Rasmus. (2013), *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Michigan University Press.
- _____. (2016), *Causal case study methods: Foundations and guidelines for comparing, matching, and tracing*, Michigan University Press.
- Beach, Derek. (2020), “Multi-Method Research in the Social Sciences: A Review of Recent Frameworks and a Way Forward”. *Government and Opposition*, v. 55, 163-182.
- Box-Steffensmeier, Janet; Brady, Henry; Collier, David. (2008), “Political Science Methodology”, in Box-Steffensmeier, Janet; Brady, Henry; Collier, David (eds.), *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford, Oxford University Press, pp. 3-31.
- Brady, Henry. (2008), “Causation and Explanation in Social Science”, in Box-Steffensmeier, Janet; Brady, Henry; Collier, David (eds.), *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford, Oxford University Press, pp. 217-270.
- Brady, Henry; Collier, David. (eds) (2010). *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. 2a ed. Lanham, Md.: Rowman and Littlefield.
- Brady, Henry; Collier, David. Seawright, Jason. (2006). “Toward a Pluralistic Vision of Methodology”. *Political Analysis*, v. 14, pp. 353-368.
- Bueno, Natalia. (2018), “Bypassing the Enemy: Distributive Politics, Credit Claiming, and Nonstate Organizations in Brazil”. *Comparative Political Studies*, v. 51, n 3, pp. 304-340.
- Buisseret, Peter; Pratto, Carlo. (2022), “Competing Principals? Legislative Representation in List Proportional Representation Systems”. *American Journal of Political Science*, v. 66, n.1, pp. 156-170.
- Carey, John. (2007), “Competing Principals, Political Institutions, and Party Unity in Legislative Voting”. *American Journal of Political Science*, v. 51, n. 1, pp. 92-107.
- Carey, John. M.; SHUGART, Matthew. S. (1995), “Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas”. *Electoral Studies*, v. 14, n. 2, pp. 417-439.
- Cheibub, José; Przeworski, Adam; Saiegh, Sebastian. (2004). “Government Coalitions and Legislative Success under Presidentialism and Parliamentarism”. *British Journal of Political Science*, v. 34, n. 4, pp. 565-587.
- Della Porta, Donatella; Keating, Michael. (eds). (2008), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences. A Pluralist Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Dion, Douglas (2003), “Evidence and Inference in the Comparative Case Study,” in Gary Goertz e Harvey Starr (eds.), *Necessary Conditions: Theory, Methodology, and Applications*, pp. 95-112
- Figueiredo, Argelina; Limongi, Fernando. (1998), “Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão”. *Lua Nova*, n. 44, pp. 81-106.
- _____. (2017). “A crise atual e o debate institucional”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 36, n. 3, pp. 78-97.

- Freitas, Andréa; Silva, Glauco P. (2019), “Das manifestações de 2013 a eleição de 2018 no Brasil: Buscando uma abordagem institucional”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, pp. 137–155.
- Gauge, N. L. (1989). “The Paradigm Wars and Their Aftermath: A “Historical” Sketch of Research on Teaching since 1989”. *Educational Researcher*, v. 18, n. 7, pp. 4-10.
- Geddes, Barbara. (2003), *Paradigms and Sand Castles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics*, Michigan University Press.
- Gerring, John. (2007), “The case study: what it is and what it does”, in C. Boix e S. C. Stokes (eds.). *The Oxford handbook of comparative politics*, Nova York, Oxford University Press, pp. 90-122.
- George, Alexander; Bennett, Andrew. (2005). *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Goertz, Gary; Mahoney, James. (2012), *A tale of two cultures: Qualitative and quantitative research in the social sciences*. Princeton University Press.
- Holland, Paul; Glymour, Clark; Granger, Clive. (1985), “Statistics and Causal Inference”. *ETS Research Report Series*, pp. 1 –72.
- Jackson, Patrick. (2017), “Causal claims and causal explanation in international studies”. *Journal of International Relations and Development*, v. 20, n. 4, pp. 689-716.
- Khan, Mushtaq. (2018), “Political Settlements and the Analysis of Institutions”. *African Affairs*, v. 117, n. 469, pp. 636-655.
- Kellstedt, Paul; Whitten, Guy. (2013), *The Fundamentals of Political Research*, 2ª Ed. New York: Cambridge University Press.
- King, Gary; Keohane, Robert; Verba, Sidney. (1994). *Designing Social Inquiry*. Princeton University Press.
- Kuehn, David; Rohlfing, Ingo. (2016), “Are there really two cultures? A pilot study on the application of qualitative and quantitative methods in political science”. *European Journal of Political Research*, v. 55, n. 4, pp. 885-905.
- Lamounier, Bolívar. (1992), Estrutura Institucional e governabilidade na década de 1990, in: Reis Velloso (org.), *O Brasil e as reformas políticas*. RJ: José Olympio.
- Linz, Juan. (1990), “The Perils of Presidentialism”. *Journal of Democracy*, v. 1, n. 1, pp. 51-69.
- Mackie, J. L. (1965), “Causes and conditions”. *American Philosophical Quarterly*, v. 2, n. 4, pp. 245-264.
- Mahoney, James. (2008), “Toward a Unified Theory of Causality”. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 4/5, pp. 412-436.
- Mahoney, James; Goertz, Gary. (2006), “A tale of two cultures: Contrasting quantitative and qualitative research”. *Political Analysis*, v. 14, n. 3, pp. 227-249.
- Mainwaring, Scott; Shugart, Matthew. (1997), “Juan Linz, Presidentialism, and Democracy: A Critical Appraisal”. *Comparative Politics*, v. 29, n. 4, pp. 449-471.
- Mainwaring, Scott. (1993), “Presidentialism, Multipartism, and Democracy: The Difficult Combination”. *Comparative Political Studies*, v. 26, pp. 198-228.
- _____. (1999), *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratisation: The Case of Brazil*. Stanford University Press: Stanford.
- Mansbridge, Jane. (2011), “Clarifying Representation.”. *American Political Science Review*, v. 105, n. 3, pp. 621–30.

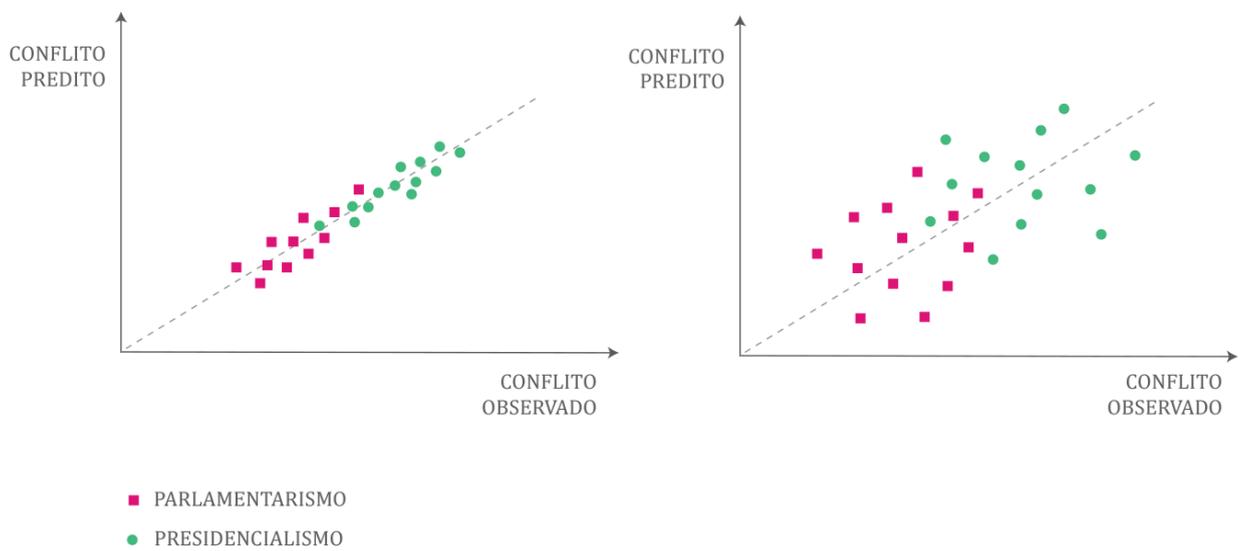
- Mauerberg Junior, Arnaldo; Pereira, Carlos; Biderman, Ciro. (2015), “The Evolution of Theories about the Brazilian Multiparty Presidential System”; *Journal of Politics in Latin America*, v. 7, n. 1, pp. 143–161.
- McElreath, Richard. (2019), *Statistical Rethinking*. A Bayesian course with examples in R and Stan. 2a Ed. Chapman and Hall/CRC.
- Moses, Jonathon W.; Knutsen, Torbjorn L. (2019) *Ways of Knowing: Competing Methodologies in Social and Political Research*. 3a ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Palermo, Vicente. (2016), “Brazilian Political Institutions: an Inconclusive Debate”, *BPSR*, v. 10, n. 2, e0003, Apr. 2016. <https://doi.org/10.1590/1981-38212016000200003>.
- Pearl, Judea; Glymour, Madelyn; Jewell, Nicholas. (2016). *Causal Inference in Statistics: A Primer*, Chichester, UK: Wiley.
- Power, Timothy. (2010), “Optimism, pessimism, and coalitional presidentialism: Debating the institutional design of Brazilian democracy”. *Bulletin of Latin American Research*, v. 29, n. 1, pp. 18-33.
- Santos, Fabiano; Szwako, José. (2016). “Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil”. *Saúde em Debate*, vol. 40, n. especial, dez, pp. 114-21.
- Schmitter, Philippe. (2008), “The design of social and political research”, in Della Porta, Donatella; Keating, Michael (eds.) *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*, Cambridge University Press.
- Seawright, Jason; Gerring, John. (2008), “Case Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options”. *Political Research Quarterly*, v. 61, n. 2, pp. 294–308.
- Shmueli, Galit. (2010), “To Explain or to Predict?”. *Statistical Science*, v. 25, n 3, pp. 289–310.
- Shugart, Mathew; Carey, John (1992). *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Silva, Glauco P. (2018), *Desenho de pesquisa*. Coleção Metodologias de Pesquisa. Brasília: Enap, 112 p.
- Yordanova, Nikoleta. (2009), “The Rationale behind Committee Assignment in the European Parliament. Distributive, Informational and Partisan Perspectives”. *European Union Politics*, v. 10, n. 2, pp. 253-280.

Gráfico 1 – Representação hipotética dos níveis de conflito por sistemas de governo



Elaborado pelo autor.

Figura 1 – Possíveis relações entre os níveis de conflito para diferentes sistemas de governo



Elaborado pelo autor